

Juventudes, violências e o Estado: Jovens em territórios com o programa Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro

Miriam Abramovay

Coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da Flacso-Brasil

Mary Garcia Castro

Professora da Ucsal

O artigo revisita pesquisa em favelas das então recém-implantadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio de Janeiro. Foram feitos um survey e grupos focais com jovens (15-29 anos) em fins de 2011. Discute-se a difícil relação da juventude pobre, negra – estigmatizada por uma série de preconceitos da sociedade – com o Estado, considerando que o programa das UPPs chega a ela por um aparato de segurança pública historicamente repressivo: a polícia. Defende-se que é preciso conhecer e compreender a partir dos jovens, seu verbo e práticas, saindo-se de codificações sociais, para ver além das violências e “ilegalidades” a eles atribuídas.

Palavras-chave: juventudes, violências, cultura juvenil, Programa de Segurança Pública, UPPs.

The article **Youths, Violences and the State: Youngsters in Territories with Pacifying Police Units program in Rio de Janeiro** returns to data of a research made in favelas of the then newly established Pacifying Police Units (UPPs) in Rio de Janeiro in late 2011. A survey and focus groups were applied to youngsters (15-29 years). It discusses the difficult relationship between poor youth, black kids – stigmatized by various societal prejudices – with the State, considering that the UPPs program arrives to them by means a public security apparatus historically repressive: the police. It is argued that we must know and understand based on the youngsters, their language and practices, departing from social codes to see beyond the violence and “illegal behavior” imputed to them.

Keywords: youths, violence, youth culture, public security program, UPPs

Introdução

Recebido em: 13/10/2013

Aprovado em: 08/10/2014

Para este artigo, revisitamos pesquisa que realizamos com jovens de idade entre 15 e 29 anos, em fins de 2011, em favelas das então recém-implantadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio de Janeiro. Tem-se como objetivo central defender que há que se conhecer e compreender a partir dos próprios jovens, seu verbo e práticas, saindo de estigmas e codificações sociais para ir além das violências e “ilegalidades” que lhes são atribuídas. São jovens que historicamente convivem com exclusões, vulnerabilidades sociais de diversos tipos e, em especial, com violências de várias ordens, como as de cunho institucional. Com o norte de modelar o cenário teórico em que nos movemos, discutiremos a complexidade dos conceitos de juventude, cultura juvenil e cultura da violência na seção inicial, com ênfase na relação juventude e raça. Em outra seção, refletiremos sobre o imaginário dos jovens quanto às violências e ao ideário

sobre a política pública focalizada – as UPPs –, destacando seus limites, principalmente no que diz respeito aos jovens de favelas, enfatizando a difícil relação da juventude pobre, negra, favelada, estigmatizada por uma série de preconceitos. Essa política lhes chega por um aparato de segurança pública historicamente repressivo: a polícia. Em suma, destacamos os limites de políticas públicas onde os jovens não se sentem sujeitos de suas histórias, ainda que muitas dessas políticas visem “ao bem-estar da população”, inclusive dos jovens.

O programa do estado do Rio de Janeiro “Unidades de Polícia Pacificadora” consiste na instalação de unidades policiais em comunidades tidas como violentas e “dominadas” pelo tráfico de drogas. É assim descrito em seu site oficial: “Inspirado numa experiência bem-sucedida na área de Segurança Pública em Medellín, na Colômbia, o programa do governo do estado do Rio de Janeiro, que deu origem às UPPs, começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul. Desde então, 37 UPPs já estão implantadas e, em 2014, a previsão é de que sejam mais de 40. Em junho de 2013, a Polícia Pacificadora contava com um efetivo de 9.293 policiais. Esse quantitativo deve chegar a 12,5 mil até 2014. As UPPs em operação abrangem 257 comunidades e beneficiam mais de 1,5 milhão de pessoas das áreas pacificadas. Até 2014, serão beneficiadas outras comunidades, abrangendo mais 860 mil moradores das Zonas Norte e Oeste do Rio, Baixada Fluminense e outras cidades com grande concentração urbana”.

1. Referências conceituais: juventude, juventudes; culturas juvenis e cultura da violência

1.1. Juventude, juventudes

No plano de conhecimento construído, há debates sobre o conceito de juventude e sua história. Convencionalmente, cortes de idade são usados para identificar empiricamente quem são os jovens, o que varia historicamente e por países, assim como pela ótica de agências voltadas para políticas sociais.

Se os programas e as políticas, ainda que com variações, recorrem basicamente a uma definição de juventude pela identificação estatístico-demográfica, já no campo das ciências sociais tem-se um amplo e antigo debate sobre o conceito de juventude, que decola, para alguns, pela crítica ao uso do ciclo etário como indicador básico para refletir sobre trajetórias, condições e identidade nas relações sociais de gerações. É jovem quem se considera como tal ou quem é socialmente tratado como tal¹?

O artigo dá ênfase à utilização do termo “juventudes” – no plural – e à chamada sobre a importância de refletir sobre o/a jovem enquanto parte de uma geração e período histórico, bem como referências a micropolíticas, destacando a ecologia social do território próximo. Ganha, portanto, propriedade discutir a relação juventude-juventudes, o que alerta para a importância de considerar ambiências sociais e sistemas de identidades pelos quais diferentes jovens circulam – por assim dizer, os sistemas de classe, raça, gênero e territorialidade, entre outros. São marcações sociais que identificam jovens quanto a necessidades, imaginários e tipos de vivências.

Mas é necessário que se esteja atento ao uso do termo “diversidade” e como ele pode se confundir com ou camuflar os processos de desigualdades sociais. Diante de tal ponderação, mostra-se importante combinar políticas universais e focalizadas, considerando que existem distintos tipos de sujeitos jovens. Tais políticas deveriam ser sensíveis às modelagens do ser jovem, segundo necessidades materiais e simbólicas, entre as quais se inclui ser reconhecido entre os pares, na comunidade, entre os outros significativos para eles e ter acesso a bens considerados básicos – o que varia segundo parâmetros culturais que colaboram para imaginários próprios.

A fronteira entre diversidade e desigualdades sociais é fluida, mas básica quando se tem como foco as múltiplas determinações que as instituições podem imprimir na vida dos jovens. Contudo, há que se estar atento para o fato de que jovens também compartilham construtos comuns, como o pertencimento a uma faixa etária, determinado tipo de cultura juvenil e aspirações que são formatadas por estímulos que exaltam o “ser jovem”, assim como a busca por

1 Sobre o debate conceitual em relação à juventude, ver, entre outros autores, Bourdieu (1983).

experimentação, aventuras, excitações, e, em muitos casos, o apelo a correr riscos e a viver perigosamente. Outras características partilhadas são as experiências da condição juvenil por meio da inconstância, flutuação e relação com outras gerações, o que contribui para a construção de identidades sociais que se entrecruzam com histórias, biografias e a construção de identidades pessoais.

O processo de afirmação individual ou grupal se choca com a pluralidade de redes de oportunidades disponíveis e necessárias para cada ciclo de vida, como educação de qualidade, trabalho decente e acesso à produção e ao consumo cultural. Tais bens são importantes tanto para a socialização e formação crítica quanto para o exercício do direito de ser jovem. Ora, tais bens – educação, trabalho e cultura de qualidade – não estão necessariamente disponíveis ou igualmente distribuídos a todos os jovens, o que faz questionar modelos de desenvolvimento embasados na lógica do mercado e não da segurança social. De fato, tal população, tal juventude, mais que outras, não têm condições de competição na compra daqueles bens, de acordo com a lógica do mercado.

Os jovens catalisam de forma especial as mudanças de paradigmas, a complexidade destes tempos. Os jovens são os primeiros atingidos por problemas no âmbito da economia política, haja vista que, em todos os países envolvidos na chamada crise atual do capitalismo, as mais altas taxas de desemprego se relacionam aos jovens. Eles também são mais bombardeados por apelos ao consumo e à pluralidade do prazer ou por pressões por viver em “um eterno presente”, sendo sensíveis à ampliação das referências quanto a direitos e à orientação por inventar novos direitos. O paradoxo seria a combinação da proteção, por inclusão social, sem cercear autonomia e possibilidade do exercício da criatividade e modelar projetos próprios.

A modelação de tais projetos não segue rotas prefixadas. A adrenalina jovem pode ser canalizada por alguns de forma construtiva e por outros de forma perigosa para a sociedade. Se os jovens, em tantas construções, são a nova “classe perigosa”, particularmente se forem negros e pobres, em outras continuam idealizados como o futuro, a esperança do amanhã. A juventude negra no Brasil se caracteriza por uma série de marcas sociais, em especial, da violência.

1.1.1. Juventude negra, breves referências

Em estudo para a Fundação Carolina sobre a população afrodescendente no Brasil (GENTILI et alii, 2012) observamos que este é o país com a segunda maior população negra do mundo, tendo um contingente de 97 milhões de negros – “pretos” e “pardos”, nas estatísticas oficiais – autodeclarados (IPEA, 2011), e 91 milhões de “brancos”. Comenta-se que vários autores há muito frisam que os negros se destacam por posições mais desfavoráveis em diferentes indicadores de níveis e qualidade de vida. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea):

(...) negros nascem com peso inferior a brancos, têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade, têm menor probabilidade de frequentar uma creche e sofrem de taxas de repetência mais altas na escola, o que leva a abandonar os estudos com níveis educacionais inferiores aos dos brancos. Jovens negros morrem de forma violenta em maior número que jovens brancos e têm probabilidades menores de encontrar um emprego. Se encontrarem um emprego, recebem menos da metade do salário recebido pelos brancos, o que leva a que se aposentem mais tarde e com valores inferiores, quando o fazem. Ao longo de toda a vida, sofrem com o pior atendimento no sistema de saúde e terminam por viver menos e em maior pobreza que brancos (IPEA, 2007, p. 281 *apud* CICONELLO, 2008).

A representação da população negra, em especial, a jovem em favelas, em se tratando do Rio de Janeiro, é também tema de comum referência, inclusive na mídia nacional. Notícia Marco Antonio L. na *Carta Capital* (20/02/2013), considerando uma pesquisa então recém-divulgada:

O Brasil tem hoje 12 milhões de pessoas vivendo em comunidades ou favelas (...), só as do Rio de Janeiro formariam, juntas, a nona maior cidade do país. (...) Os dados são resultado da pesquisa *DataFavela*, estudo feito pelo Instituto Data Popular, em parceria com Celso Athayde, ex-dirigente da Central Única de Favelas (Cufa), e baseia-se em uma projeção que cruzou dados do IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

[Considerando-se a população em favelas no Rio de Janeiro, tem-se que:]

A média de idade é de 30 anos. A cor autodeclarada predominante continua a ser a negra; 67% assim se autodeclararam. O número de negros na periferia é maior do que dentro da população em geral: 67%, contra os 52% no país inteiro. (Marco Antonio L., 2013)

Note-se que nas comunidades com UPPs que analisamos no Rio de Janeiro a maioria dos jovens se considera preto (35%) e pardo (35%). Ou seja, 70% dos jovens são negros, realidade comumente encontrada nas áreas mais pobres do Brasil, e 26% se autodenominam brancos.

A Tabela 1 colabora em reiterar um alerta que vem sendo dado há muito por diversos estudos no Brasil, qual seja, a concentração dos negros nos estratos sociais de mais baixa hierarquia. Os codificados como pardos estão mais contabilizados nas “classes” D-E (40%); e os que se indicam como brancos aparecem em menores proporções do que pretos e pardos nas “classes” C, D-E. Já nas ‘classes’ C e D-E, enquanto os negros estão contribuindo com 72% do total em cada uma, os brancos figuram com uma representação bem mais

Tabela 1 – Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs segundo cor ou raça, considerando sexo/gênero, idade e “classe social” – Rio de Janeiro - 2011

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – Flacso 2011. (*) “Classe social” segundo o “critério de classe econômica Brasil” calculado pela Abep (As-

COR OU RAÇA	TOTAL	SEXO/GÊNERO		IDADE			“CLASSE SOCIAL”(*)		
		Masc.	Fem.	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	B	C	D + E
Bases	(700)	(336)	(364)	(129)	(336)	(235)	(76)	(472)	(1252)
Preta	35%	38%	34%	40%	35%	34%	33%	37%	32%
Parda	35%	35%	34%	35%	34%	35%	24%	35%	40%
Subtotal (preta mais parda) Negra	(70%)	(73%)	(68%)	(75%)	(69%)	(69%)	(57%)	(72%)	(72%)
Branca	26%	25%	27%	22%	28%	26%	39%	24%	24%
Amarela	3%	2%	4%	1%	3%	4%	3%	3%	3%
Indígena	1%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%
Não respondeu	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%

sociação Brasileira de Empresas de Pesquisa” – ver file:///C:/Users/User/Downloads/07_cceb_2008_em_vigor_em_2008_base_lse_2005%20(1).pdf). Esse critério combina os seguintes fatores: escolaridade dos pais, posse de bens de consumo durável e presença de trabalhadores domésticos na casa. Na pesquisa (ABRAMOVAY E CASTRO – coord. – 2012), correlacionamos tal critério com o indicador renda familiar, mais o aperfeiçoando como proxy de “classe social”, contudo usa-se tal termo com reservas. P: Como você se considera em relação a sua cor ou raça?

baixa, cerca de 24%. Ou seja, mesmo em comunidades, reconhecidas por apresentarem maiores níveis de pobreza e carências quanto a serviços e equipamentos, como aquelas que investigamos, com UPPs, há uma estratificação social que se pauta pela raça, quando os negros se destacam como os mais mal classificados socialmente por tal critério.

Os jovens negros também se destacam nas informações sobre violências. Nos jornais aparecem como os agentes, mas as estatísticas destacam sua vitimização quando a referência são homicídios. No “Mapa da Violência 2011: Jovens no Brasil” (WAISELFISZ, 2011, p. 21) indica-se que a vitimização dos negros, por homicídios, estaria, inclusive, aumentando:

O número de homicídios de jovens brancos caiu significativamente no período 2002-2008, passando de 6.592 para 4.582, o que representa uma queda de 30% nesses seis anos. Já entre os jovens negros, os homicídios passaram de 11.308 para 12.749, o que representa um incremento de 13%. Com isso, a brecha de mortalidade entre brancos e negros cresceu 43% num breve lapso de tempo.

Apresentar os jovens de favelas, no Rio de Janeiro, que vivem em áreas com uma política de segurança pública como as UPPs, alinha-se à perspectiva de discutir juventudes. Está implícita a ênfase no debate sobre o direito à cidade e ao espaço em que habitam e circulam por seu próprio verbo. A população deve ser mais ouvida para a formulação de políticas que de fato a beneficiem, considerando sua diversidade, inclusive geracional, e suas condições de vulnerabilidades sociais.

1.2. Culturas juvenis

Culturas juvenis é um tema que exige espaço maior e de fato é complexo, pois pede decolagem de convivências reflexivas, estudos exploratórios de longo alcance e não se fixa em princípios rígidos. Mas o tema adverte que os jovens, ainda que não se caracterizem por um coletivo unitário em termos de projetos e trajetórias, compartilhem a carga imposta a uma geração que pretende se afirmar em relação a outras e às circunstâncias do possível, mobilizando potencialidades e vulnerabilidades de uma geração – como a libido, a adrenalina, o correr riscos –, e priorizar a solidariedade orgânica com os iguais.

O tema culturas juvenis vem galvanizando a atenção de autores que estudam cotidianos de jovens, em distintas ambiências, e advogam que há formas de se situar no mundo, de formatar tais cotidianidades. Se condicionadas por cenários político-econômico-culturais e estruturais, tais formas escapam de determinismos por resistências assumidas ou subliminares de uma geração que se caracteriza pela busca de identidade e que nas relações sociais entre os pares configuram tempos próprios, a depender do lugar que o futuro ou os projetos de vida pessoal e coletivo tenham em suas trajetórias².

Pais (2003) refere-se a algumas culturas juvenis como “desfuturáveis”, ou seja, compostas por jovens que, desencantados com promessas de futuro, privilegiam viver intensamente o presente, prezar mais sentidos construídos na relação com outros significativos, em particular os pares, e ser parte do *ethos* da necessidade de ter prazer³. Note-se que Kehl (2004) não se refere propriamente a culturas juvenis e sim à “juventude como um sintoma da cultura”, mas admite implicitamente que existiriam culturas juvenis demarcadas pela modelagem da sociedade capitalista orientada para o consumo e com limites para o engajamento na produção, como ser o “adolescente, tradicionalmente, um desafiador da lei” (Idem, p. 98), ser o “corpo adolescente hoje, um corpo extremamente erotizado” (Idem, Ibidem) e estar o adolescente preso a uma ética “do mais gozar” e atraído pela “ética e estética da violência” (Idem, p. 102), pela fama, poder e reconhecimento que advêm de tais identificações, se não na sociedade mais ampla, entre os de convivência própria, como os pares.

Ora, tal tipologia não engloba todos os tipos de condições juvenis. De fato, mais que codificar os jovens analisados em um determinado tipo de cultura, o conceito de cultura juvenil colabora para a nossa tese de que na implantação de políticas de Estado, como as UPPs, há que ser sensível para o histórico das relações sociais entre os jovens de favelas com o Estado – por exemplo, com a polícia – e para a importância dos significados compartilhados, das linguagens construídas na vivência entre pares.

2 Ver, sobre culturas jovens, entre outros, Pais (2003); Almeida e Eugenio (2006) e Kehl (2004).

3 Sobre o *ethos* da modernidade tardia que encontraria eco entre algumas juventudes, ver Kehl (2004).

Defendemos que o ato de fincar a bandeira de um batalhão em uma favela não necessariamente significa que se conquistou território virgem de normas culturais que têm marcas de classe, gênero, raça e geração, entre outras, e símbolos de pertença, demarcados pela territorialidade, pela exclusão e estigmas sofridos e marcas de poder. Não ao azar, nas áreas pesquisadas, era comum colher opiniões diferenciadas sobre a chegada das UPPs, tendendo muitos jovens a diferirem do posicionamento dos mais velhos, comumente mais favoráveis por poderem agora circular mais pelas favelas, sem medo da violência do tráfico, o que não necessariamente assustava os jovens.

O tema cultura juvenil, dependendo de que juventude se focaliza, entrelaça-se com violências. Nas falas dos jovens pesquisados, há ilustrações tanto de recusas às violências como do fascínio pelo seu exercício, confundido com o *aparecer*, *o ser reconhecido e respeitado*. O que bem se ajusta ao observado por Rocha (1998, p. 35), que afirma que a violência pode se associar ao prazer, ao consumo e à criação de identidade: o fascínio da visibilidade e do reconhecimento – ancorado no estrelato midiático ou na força bruta da ação criminal – cria um inusitado barômetro do sucesso, material e simbólico: ter e poder (poder ter, poder fazer, poder falar, poder aparecer).

A violência se materializa por diversas linguagens e entre algumas juventudes é acionada como constituinte de fratria, ação de grupo, de identificação do “nós”, de solidariedade e defesa contra os outros, que podem ser tanto outros jovens como poderes institucionalizados, a comunicação e afirmação de poder, ou contra poder possível.

Se a cultura da violência é referida para discutir o simbólico e identificar grupos, é também marca de um tempo social que, no caso brasileiro, vitimiza principalmente os jovens, como se registra nas tristes e impressionantes estatísticas sobre homicídios. Segundo Waiselfisz (2011, p. 154):

Continua a crescer a vitimização juvenil por homicídios [considerando o período 1998-2008]. Se em 1998 a taxa de homicídios de jovens era 232% maior que a taxa de homicídios da população não jovem (menos de 15 e mais de 24 anos de idade), em 2008 as taxas juvenis já são 258% maiores. Se essa é a média nacional, há ainda as Unidades Federadas com índices de vitimização acima de 300%. Ou diversos estados com jovens representando mais da metade das vítimas de homicídio.

2. Construção da pesquisa de referência

A metodologia utilizada na execução da pesquisa (ABRAMOVAY et alii, 2012) sobre jovens em territórios com UPPs, base deste artigo, que desenvolvemos em áreas de favelas no Rio de Janeiro em 2011 abrange abordagens diferentes, uma quantitativa e outra qualitativa. Pautou-se por combinar o enfoque extensivo-compreensiva, com a finalidade de realizar um mapeamento das características e das percepções dos sujeitos e qualificar tal quadro por testemunhos e diálogos com os jovens. A pesquisa teve como objetivo conhecer como os jovens (15-29 anos) de diferentes inscrições identitárias – ciclo na faixa etária, gênero/sexo, raça/cor e estrato socioeconômico –, residentes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), percebem as necessidades atuais de suas comunidades e de suas vidas. Para este artigo pinçamos, além da caracterização sociodemográfica dos jovens, as percepções sobre a nova situação, com a implantação das UPPs em suas comunidades, enfatizando o lugar da polícia e das violências em tal quadro.

No caminho quantitativo, considerando o universo de jovens entre 15 e 29 anos moradores das 17 favelas com UPPs do município do Rio de Janeiro em 2011, foi desenhado um *survey* probabilístico representativo daquele universo nas comunidades sorteadas, parte realizada pelo Ibope Inteligência⁴ e acompanhado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-Brasil (Flacso)⁵.

Recorreu-se à técnica de entrevistas pessoais domiciliares, com questionários aplicados aos jovens de 15 a 29 anos, moradores em comunidades com UPPs, para coleta de dados. O questionário incluiu 40 questões.

O dimensionamento amostral compôs-se de 700 entrevistas, sendo 100 entrevistas em cada comunidade sorteada. A amostra foi selecionada em dois estágios: 1) no primeiro, foi realizado um sorteio sistemático das comunidades, sendo que cada uma teve a mesma probabilidade de ser selecionada. Sete comunidades foram sorteadas; 2) no segundo estágio, a seleção dos entrevistados, dentro da comunidade, foi feita utilizando-se cotas proporcionais, em função das seguintes variáveis: sexo/gênero, idade e grau de escolaridade.

4 Ver: <http://www.ibope.com.br/pt-br/ibope/quem-somos/unidadesnegocio/paginas/ibope-inteligencia.aspx>

5 Ver: <http://www.flacso.org/secretaria-general/flacso-brasil>

A amostra é representativa do universo e, para garantir tal representatividade, foram utilizados os seguintes critérios:

- Inicialmente, ordenaram-se as UPPs por porte: pequeno (até 9.999 moradores); médio (de 10 mil a 19.999 moradores) e grande (acima de 20 mil moradores);
- Em seguida, as UPPs foram ordenadas por zona da cidade (Centro, Norte, Oeste e Sul);
- Por fim, ordenaram-se as UPPs por tempo de implantação (há menos de um ano e há mais de um ano).

Depois de ordená-las, realizou-se um sorteio sistemático, dando-se a mesma probabilidade para todas as UPPs caírem na amostra. Utilizou-se o método PPT (probabilidade proporcional ao tamanho), o que resultou em uma amostra com uma quantidade maior de UPPs de grande porte, mas que representam bem o perfil médio das 17 UPPs.

Para a pesquisa em uma perspectiva compreensiva da realidade (KAUFFMAN, p. 1996), levamos em conta percepções, sensações, impressões, motivações, crenças e valores dos sujeitos sobre o mundo exterior e sobre os diversos atores, inclusive sobre eles próprios, procurando apreender o significado das várias ações no contexto do cotidiano vivido. Tal caminho contou com a participação do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (Cevis), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e foi realizado por grupos focais e entrevistas.

Foram feitos 14 grupos focais com jovens moradores de quatro comunidades com UPPs, tendo por foco as percepções sobre suas atuais condições de vida e moradia, sua circulação (na) e experiência da cidade, suas expectativas, demandas e projetos de vida. Os grupos focais foram realizados a partir de um roteiro estruturado em quatro blocos temáticos (perfil e condições de vida e moradia dos participantes; sua circulação na comunidade e na cidade; atividades rotineiras e vida associativa; expectativas em relação ao futuro e projetos de vida), complementados por blocos de questões específicas nos grupos temáticos. Embora não se tenham sido formuladas questões específicas sobre as UPPs, o tema emergiu imediatamente nos grupos e neles foi transversal. Noventa jovens participaram dos grupos focais e das entrevistas (MACHADO DA SILVA et alii, 2012).

3. O caso de jovens em territórios com Unidades de Polícia Pacificadora – Rio de Janeiro, 2012

A política/ação governamental conhecida como UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), inaugurada pelo governo do estado do Rio de Janeiro em 2008, tem como foco comunidades que concentram historicamente a população pobre e que vinha sendo vitimizada por ações do tráfico de drogas, do crime organizado, além de serem palco de inúmeras violências, acumulando, portanto, vulnerabilidades sociais. As UPPs vêm sendo consideradas uma nova forma de fazer políticas no campo da segurança pública⁶.

Desde sua inauguração até o presente, tal programa governamental é apresentado como a mais importante política no campo da segurança pública e vem sendo objeto de polêmicas diversas. Para muitos autores seu objetivo maior foi blindar as áreas dos megaeventos, como a Copa do Mundo. E, ainda que se reconheça que de fato houve uma drástica diminuição das estatísticas de crimes vinculados ao tráfico de drogas nas áreas em que as UPPs foram implantadas, a controvérsia maior é sobre a relação da polícia com a população favelada, em particular os jovens e seu sentido de ocupação-termo usado por muitos nas comunidades, assim como o descompromisso com alterações no campo social, já que estavam previstos outros equipamentos além de batalhões nas favelas, o que não se realizou.

Pontuava-se como singularidade do modelo de intervenção nas favelas por UPPs, a substituição de entradas esporádicas da polícia pelo estabelecimento de unidades sem prazo para retirada e a ênfase maior em proibir a ostentação de armas na favela que propriamente acabar com o tráfico de drogas. O programa é então aclamado como medida a favor da população das comunidades, para permitir seu livre trânsito, daí a ênfase que as autoridades dão ao conceito de “pacificação”. Contudo, tal princípio viria sendo questionado em sua prática tanto por analistas do campo de segurança pública quanto por recentes acontecimentos de violências por policiais das UPPs em várias favelas do Rio, e a forte incidência de incursões bélicas continua, ou melhor, se acentua.

6 Visar-se-ia agir nesse campo via ação de uma polícia de “aproximação”, com elo com as populações das comunidades. Pretender-se-ia uma polícia mais qualificada e supervisionada a fim de evitar o envolvimento em situações de corrupção e desrespeito aos direitos humanos.

Luis Eduardo Soares, antropólogo, especialista em segurança pública, bem representa o discurso crítico em relação às UPPs, por seu caráter de militarização da vida cotidiana das favelas, embora considere importante uma política democrática, com a participação da comunidade numa combinação entre segurança pública e segurança social. Em recente entrevista, esclarece cenários que deram lugar à nova política de segurança e sua progressiva ilegitimidade, na medida em que a estrutura do aparato policial militar e sua orientação repressiva não mudou, nem a qualidade de vida nessas comunidades. Pondera:

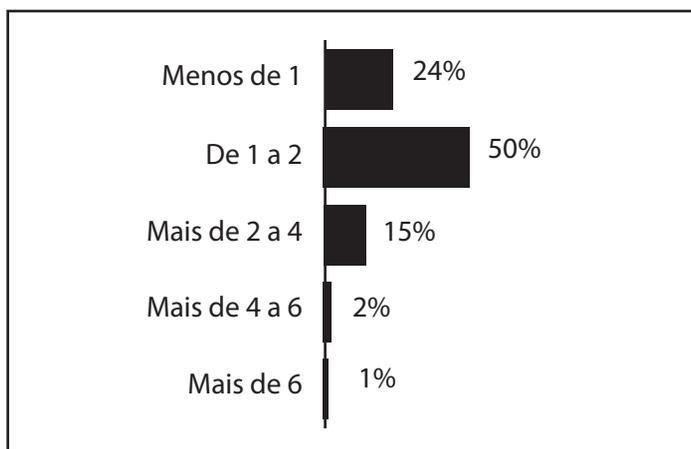
Eu chamava sempre a atenção, desde o início, para o fato de que havia uma vantagem muito grande na supressão das incursões bélicas, nas quais morriam os inocentes, os eventuais suspeitos, eventualmente até policiais. Essas incursões acabavam por envolver um certo tipo de apropriação de armas e drogas que eram revendidas para outras facções ou para o próprio grupo que fora objeto dessa intervenção policial. E isso acabava por degradar ainda mais a imagem da instituição diante da população, porque essas negociações se davam à luz do dia e todos sabiam da magnitude, da profundidade da hipocrisia envolvida naquelas intervenções. Nesse sentido, é sempre um avanço muito grande que você possa acabar com a lógica da intervenção bélica. E oferece um serviço 24h. Deveria ser assim pensado, me parece, o serviço de segurança pública, como outros serviços sociais. Eu sempre chamava a atenção, entretanto, para o fato de que se as polícias não fossem transformadas, aquele projeto não teria futuro, não teria sustentabilidade. A ideia de prover um policiamento comunitário, de resolução de problemas, de proximidade, era inteiramente incoerente, incongruente e inconsistente, porque incompatível com a natureza dessa instituição, sua organização, sua cultura corporativa, com as práticas já mais do que assimiladas na sua linguagem cotidiana. O projeto previa que, uma vez deslocados aqueles que se impunham pela força das armas àquelas comunidades, seria possível o Estado, então, cumprir seu dever, estar presente ali em todas as áreas: educação, saúde etc. Evidentemente isso não aconteceu. Com a presença única e exclusiva desse bra-

ço do Estado, que é o braço policial, na ausência de qualquer outro tipo de representação do Estado, as implicações são as conhecidas. Este poder, substituindo o anterior, vai se converter em uma espécie de síntese do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, que só pode ser, muito mais do que tutelar, tirânico. E vai decidir sobre baile funk, sobre questões que não lhe dizem respeito. Nesse sentido, sim: há uma ilegalidade constante. As abordagens continuam sendo aquelas marcadas pelo racismo, pelo sentimento de classe. A linguagem violenta da polícia se replica, se reitera lá. A tendência é que aquilo comece a instaurar um quadro muito corrosivo, muito agressivo. (SOARES, 2014)

Para melhor discutir a possível motivação de jovens em favelas com UPPs em relação a ações do Estado, e em particular a esse programa, apresentamos algumas referências sobre quem são esses jovens em termos de renda familiar, sentido de pertença à comunidade de residência e como a violência e as UPPs aparecem em seus discursos.

O nível de pobreza dos jovens nas comunidades com UPPs é identificado quando se recorre à variável renda familiar, segundo o salário-mínimo (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição dos jovens (15 a 29 anos) nos territórios com UPPs, segundo a renda familiar (salário-mínimo), Rio de Janeiro - 2011



Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – Flacso, 2011.

Note-se que a média é de 1,74 salário, sendo que quase 25% vivem em famílias que estão no patamar de menos de um salário-mínimo e que o nível de renda familiar em que cerca da metade dos entrevistados se concentra entre 1 e 2 salários-mínimos. Entre aqueles cujo grupo familiar se situa no nível de dois a quatro salários mínimos, estão cerca de 15% dos jovens, independentemente de sua inscrição etária ou classificação por sexo/gênero. É inexpressivo o contingente que está em grupos familiares com rendimentos superiores a quatro salários-mínimos (3%).

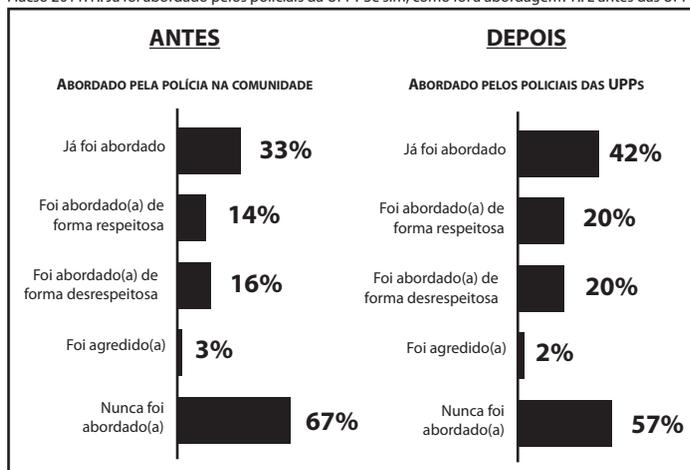
Ao explorar questões que indicam como os jovens percebem a comunidade de residência e seu sentido de pertença, percebe-se que é expressiva a proporção de jovens que declaram que “não têm vontade de mudar da comunidade” – cerca de 70%, ainda que muitos serviços, em especial de segurança pública e espaços para lazer e diversão, não sejam bem avaliados na comunidade.

Durante a pesquisa tipo *survey*, provocou-se os jovens com uma frase crítica sobre as UPPs, e se pediu a eles que concordassem ou não, a fim de se ter parâmetros sobre sentidos dessa política para os respondentes: 55% dos jovens concordam com a frase-estímulo “que as UPPs não vão dar em nada e tudo voltará a ser como antes”.

Perguntados sobre “a abordagem policial nas comunidades antes da implantação das UPPs e após”, ou atualmente, identifica-se que hoje há uma proporção maior daqueles que já foram abordados pela polícia (42%) do que antes da chegada das UPPs (33%). Não é claro visualizar mudanças no tipo de abordagem. Segundo o Gráfico 2, a seguir, se há um aumento na proporção dos que declaram que foram abordados de forma respeitosa (antes, 14%; depois 20%), há também um aumento, comparado-se os dois momentos, daqueles que hoje consideram que estão sendo abordados de forma desrespeitosa (20%), proporção mais expressiva do que aqueles que indicam que antes das UPPs tinham sido assim abordados (16%).

Gráfico 2 – Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs segundo perspectiva sobre abordagem policial antes e após a chegada das UPPs em suas comunidades – Rio de Janeiro – 2011

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – Flacso 2011. P.: Já foi abordado pelos policiais da UPP? Se sim, como foi a abordagem? P.: E antes das UPPs,



você já tinha sido abordado pela polícia na comunidade? Se sim, como foi a abordagem?

A exploração qualitativa da pesquisa (MACHADO DA SILVA et alii, 2012) traz indícios da complexidade de políticas públicas que não decolam no sentido de os jovens se sentirem parte delas, o que vai além do reconhecimento da sua importância para um dos objetivos básicos da implantação das UPPs, o controle do espaço das favelas, o que por muitos é sentido como um tipo de “ocupação” e “desrespeito”. Vários jovens indicam que as UPPs seriam reprodução de formas de repressão tradicional, como a exercida comumente pela polícia. A seguir, extratos do estudo de caso que compõe a pesquisa base deste artigo, e que dão suporte para tais inferências⁷.

3.1. O estudo de caso: falam os jovens

Todos reconhecem direta ou indiretamente que a chegada das UPPs nas favelas provocou enorme impacto na vida de seus moradores. De um lado, a presença constante da polícia permitiu recuperar o respeito, categoria central na moralidade que rege as relações interpessoais na favela, e aumentou a margem de liberdade, dentro de limites bastante restritos, como os jovens ressaltam. “Mudou... antigamente você ia para a rua e seu filho via arma, [gente] cheirando, fumando, era tudo na frente, não queria

7 O item que segue é adaptado da análise de Machado da Silva et alii (2012).

saber, não. Não tinha vergonha, não tinha respeito (...).” Por outro lado, acabou a “alegria” das festas frequentes e sem horário para terminar: com a chegada da UPP diminuiu a alegria – que, como se sabe, é importante elemento da autoimagem que procura valorizar a dinâmica interna das localidades – na favela. Assim, os jovens buscam lazer em outros lugares da cidade. (Grupo focal com jovens. Depoimento de jovem do sexo masculino)

A pesquisa demonstrou que os jovens acreditam que a vida melhorou com a chegada das UPPs, mas seus agentes não são vistos de maneira muito distinta da visão altamente negativa que as camadas populares sempre tiveram da polícia. A avaliação positiva convive com uma enxurrada de críticas – algumas, inclusive, em que o “tempo do tráfico” aparece como melhor, e não apenas no caso da regulação das festas e shows. Por outro lado, as referências ao “tempo do tráfico” talvez sejam ainda mais críticas, inclusive com algumas menções a cenas de horror patrocinadas pelos bandos de criminosos:

Você passa assim para ir em um posto de saúde, você tinha que passar no meio [dos traficantes armados]. E a questão que queimavam as pessoas no meio da rua? Parecia que estavam fazendo uma fogueira com um tronco... Às vezes botavam até a pessoa dentro de pneu. Toda sexta feira tinha corpo queimado. (Grupo focal com jovens. Depoimentos de jovens do sexo feminino)

São muito raras as defesas explícitas do tráfico, e ainda mais as que são acompanhadas de atitudes desafiadoras, como estas:

Aí o cara que vai para a comunidade para oferecer segurança está debochando da cara do morador e querendo esculachar o morador, por isso que eu achava que quando tinha a bandidagem era bem melhor. (Grupo focal com jovens. Depoimento de jovem do sexo masculino.)

Para fechar a síntese da comparação entre os dois momentos, vale a pena mencionar o que disse um dos jovens, que parece ter conseguido captar com clareza e isenção o sentido geral das discussões entre eles. Parece que os jovens não sabem ao certo como orientar sua conduta diante dos policiais nas novas circunstâncias, sem abandonar suas preferências: “A gente ainda não sabe lidar com a UPP, a UPP não sabe lidar com a gente. A gente tem muito problema com policial. São 400 *polícias*...”

Há várias observações que refletem dúvidas como essas, porém com um tom mais normativo e crítico a respeito das mudanças introduzidas com a chegada das UPPs:

(...) depois de tantos anos, você convivendo com o risco em sua comunidade, o risco do tráfico, você acaba se habituando a certas regras, a certos cotidianos. E, de repente, essa mudança é radical, é bruta... Até onde isso é bom ou ruim? Sem fazer apologia ao crime, quando havia o poder paralelo dentro da comunidade, quando acontecia qualquer problema, tipo furto... essas coisas, você sabia a quem recorrer e você sabia que seu produto ia ser recuperado... Hoje com a UPP. Aí você chega para reclamar. Faz um registro de ocorrência e ninguém está nem aí. Parece que estão aí para dar uma resposta social. Mas aqui dentro a gente vê a grande dificuldade que é. Eles abusam do poder que têm, achando-se superiores a tudo. Pedem pra você se identificar. Nasci e fui criado aqui e, ainda que não fosse, é o direito de ir e vir. Eles precisam aprender a abordar os jovens, porque eles batem de frente mesmo (...). O problema é bem isso. Polícia permanente no morro. Ninguém tinha esse hábito. Forçaram sem diálogo. (Grupo Focal com jovens)

Pode-se dizer que o tratamento policial no contato com as populações não mudou substancialmente de qualidade, pois a instituição tem padrões historicamente cristalizados de classificação, localização e definição de comportamentos considerados moralmente “perigosos” (em si mesmos desviantes e potencialmente contagiosos). A cidadania dos pobres, reconhecida apenas em traços esmaecidos, está sujeita a ações arbitrárias, naturalizadas na prática policial. Assim, o universo das interações a serem constituídas supõe a superação de grandes obstáculos, o que não se concretizará no curto prazo.

A atuação dos policiais também foi motivo para explicitar o claro reconhecimento da subalternidade a que os moradores de favela são submetidos em virtude dos processos de segregação socioterritorial. Há inúmeras referências a respeito, porém talvez a mais típica – ao pedir a verificação de “alguém que fosse escutado”, já que os próprios favelados não o são – seja a seguinte:

Eu acho assim, que da mesma forma que eles estão lá observando a gente, teria que ter alguém, sei lá, paisano, para observar eles, vamos dizer assim, um exemplo, vendo as atitudes, curtindo o baile com a gente, sei lá, uma pessoa mesmo para ver, porque, assim, a comunidade sempre está errada (...). Eu acho que teria, poderia ter um alguém, um polícia que olhasse os polícias, vamos dizer assim, para ver, ó, tomou uma atitude errada, fez besteira, fez isso, talvez com uma câmera escondida, talvez não, mas fosse uma pessoa que fosse escutada. (Grupo Focal com jovens)

Aproveitando esta citação, é relevante um comentário específico a respeito da questão das festas, bailes, shows e outros eventos, por se tratar de um tema central na percepção dos jovens acerca da presença das UPPs nas favelas. Na mesma medida em que a oferta de projetos de ONGs e do governo é vista pela maioria dos jovens como uma das vantagens levadas por elas, a repressão às festas é intensamente sentida, comentada e criticada. O que está em discussão é, mais uma vez, o respeito: seja a falta dele nas críticas mais fortes, seja a explicação relativizadora de que a falta de respeito cometida pelos policiais seria uma reação aos exageros dos próprios jovens. Eles se referem à repressão a festas de todo tipo, consideradas uma alternativa de lazer acessível para quem, como os participantes da pesquisa, tem pouca condição financeira e uma certa limitação de acesso a outras áreas da cidade, aí incluídas outras favelas.

3.2. Violências e respeito

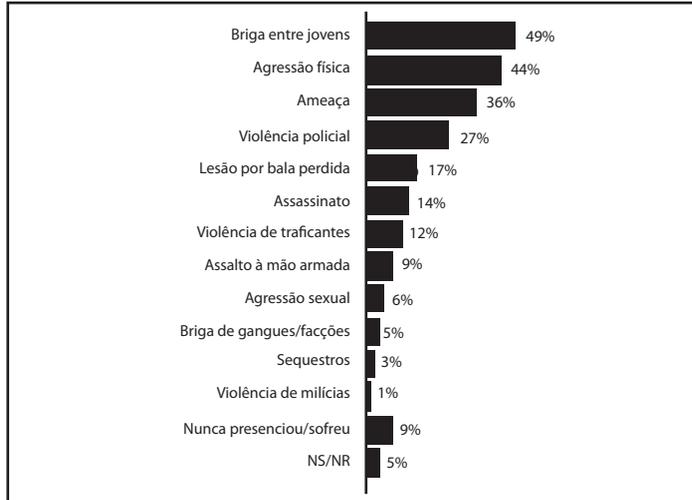
Nos grupos focais com os jovens, como se indicou anteriormente a partir do trabalho de campo, a violência é um elemento que se destaca. Também surpreende a presença da violência quando se recorre à pesquisa quantitativa, em termos de reconhecimento de sua extensão na comunidade, quer por ação do tráfico do crime organizado, quer por ação da polícia, quer por ação dos próprios jovens nas suas interações. Isso embasa a reflexão de que a cultura da violência se metamorfoseia em várias, inclusive na recusa às violências institucionais e na modelagem de culturas juvenis.

Quando no *survey* se pergunta sobre os principais problemas das comunidades, as violências se destacam de forma impressionante: 97% dos jovens se referem a algum tipo de violência como o tráfico de drogas (28%); violência, sem especificar que tipo (26%); polícia violenta (21%); violência contra a mulher (12%); milícias (1%) e racismo (8%).

As violências que os jovens registram como mais frequentes nas comunidades são aquelas em que eles estão presentes, quer como protagonistas, quer como vítimas – por exemplo, briga entre jovens (49%). As seguintes violências também mais galvanizam a atenção dos respondentes: agressão física (44%); ameaças (36%); violência policial (27%); lesão por bala perdida (17%); assassinato (14%); e violências de traficantes (12%). Note-se que não chega a 10% os jovens que declaram que nunca sofreram ou presenciaram algum tipo de violência na comunidade (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição dos jovens (15-29 anos) nos territórios com UPPs, segundo tipos de violência mais frequentes na comunidade – Rio de Janeiro – 2011

Fonte: Juventudes em comunidades com UPPs, perfil, expectativas e projetos para suas comunidades – Flasco 2011. P.: Pelo que você sabe ou ouviu falar, qual destes tipos de violência é o mais frequente na sua



comunidade? Obs.: As alternativas não são excludentes, portanto não somam 100%.

Como destaca Machado da Silva et alii (2012), violência e respeito são temas que se entrelaçam. Os jovens reivindicam respeito, ser ouvido e ter voz ativa na avaliação de políticas e frisam seu desencanto com aquelas que não desestabilizem a violência com que são tratados os jovens nas favelas.

Contudo, também sugerem outros indícios de uma cultura da violência, sua banalização pela presença do tráfico de drogas, o crime organizado e abusos de poder, por atos repressivos violentos. São expressões de recusa em vários grupos que assumem inclusive práticas políticas que recorrem à violência, como forma de afirmar uma cultura própria e o reconhecimento de sua dignidade.

Não por acaso Bourgois (1989), focalizando cultura de rua e juventude, sublinha a busca por respeito. O autor delineou os componentes da cultura de rua em uma etnografia sobre traficantes de crack no East Harlem. A violência é um componente essencial da cultura de rua porque, para garantir a própria sobrevivência e obter respeito na rua, é fundamental que uma pessoa demonstre ser capaz de cometer atos de violência e de resistir a ela. A violência – e sobretudo a aparência de que se é violento – é um signo de força e credibilidade, pois se trata de um mundo em que cada indivíduo tem de ser a sua própria polícia. Bourgois (Idem) representa os moradores de rua não como vítimas de forças econômicas opressivas, mas como agentes lutando vigorosamente por dignidade, para dar significado às suas vidas, na trama de relações sociais em distintas ambiências e por sobrevivência.

4. Considerações finais

Ainda que por práticas diferenciadas, os jovens em territórios de favelas com UPPs, no Rio de Janeiro, focalizados neste artigo ilustram buscas por respeito, críticas à violência policial, tanto vivências como reproduções de violências.

Insistimos na ideia de que políticas públicas, para serem também políticas sociais, necessitam de legitimidade, participação, sentido de pertença, o que pede reconhecimento a demandas por respeito e dignidade às culturas juvenis, bem como a compreensão de como tais culturas são construídas na teia de vulnerabilidades, resistências, exercício de poder, por violências e, reiteramos, busca por reconhecimento.

A política de segurança social de Polícia Pacificadora em áreas de favela no Rio pede investimentos na desconstrução de uma relação que historicamente vem se pautando por violências institucionalizadas e abusos de poder por parte dos policiais, principalmente contra jovens.

A relação entre juventudes e políticas, como se sublinhou neste artigo, ainda é campo minado por autoritarismos, formas de fazer política que não atraem os jovens, já que não reconhecem que tenham a autoria dessas formas. Suas práticas de vida pedem mais compreensão de sentidos que julgamentos *a priori*, mesmo que desestabilizem a ordem. Há um elo perdido, desencontros entre o que querem e como são os jovens e o que, segundo eles, seriam ocupações de seus espaços por outras linguagens que não as suas.

Com tal reflexão, não se pretende, ingenuamente, legitimizar violências se, entre os jovens, há muitas vítimas e também agressores. O que frisamos é que é necessário compreender práticas de vida de juventudes, por seu próprio verbo, sentido de ética e afirmação por estéticas, ou seja, o nexos que fazem entre cultura e política, resgatando, portanto, recusas e vontades e colaborando para outras trajetórias, sem apelos a violências.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luís Carlos; FARIAS, Juliana; VITAL DA CUNHA, Christina; ALMENDRA, Dinaldo [e] SANTOS MATTOS, Carla dos. (2012), *Juventudes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): Perfil, expectativas e projetos para suas comunidades*. Rio de Janeiro, Flacso/BID. Não publicado.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de [e] EUGENIO, Fernanda (orgs). (2006), *Culturas jovens: Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (1983), “Gosto de classe e estilos de vida”. Em: Pierre Bourdieu. São Paulo, Ática.
- BOURGOIS, Philippe. (1989), “Crack in Spanish Harlem: Culture and Economy in the Inner City”. *Anthropology Today*, Vol. 5, nº 4, pp. 6-11.
- CICONELLO, Alexandre. (2008), “O desafio de eliminar o racismo no Brasil: A nova institucionalidade no combate à desigualdade racial”. From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World. Oxfam International. Disponível (on-line) em: <http://www.fp2p.org>
- GARROCHO, Luiz Carlos. (s/d), “Política pública de cultura como política de Estado: Anotações sobre recusa, resistências e culturas afirmativas”. Em: *Ativismo e análise política, geral, políticas culturais, políticas públicas*. Blog Olho-de-Corvo. Disponível (on-line) em: <http://olhodecorvo.redezero.org/tag/micropolitica>
- GENTILI, Pablo; CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam [e] BUSSON, Shayana. (2012), “Educação e população afrodescendente no Brasil: Avanços, desafios e perspectivas”. Projeto de pesquisa. Fundación Carolina, CeALCI, Madri/Flacso. Disponível (on-line) em: <http://www.fundacioncarolina.es>

- IBAÑEZ, Jesús. (2003), *Más allá de la sociología: El grupo de discusión: Técnica y crítica*. Madri, Siglo Veintiuno.
- IPEA. (2011), *Dinâmica demográfica da população negra brasileira: Comunicados do Ipea, nº 91*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível (on-line) em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110512_comunicadoipea91.pdf
- KAUFMANN, Jean-Claude. (1996), *L'entretien compréensif*. Paris, Nathan.
- KEHL, Maria Rita. (2004), "A Juventude como sintoma da cultura". Em: NOVAES, Regina [e] VANNUCHI, Paulo (orgs). *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 89-114.
- L., Marco Antonio. (20/02/2013), "Unidas, favelas e comunidades formariam o 5º maior estado do país: Segundo estudo do DataPopular e Celso Athayde, população desses locais representa um PIB equivalente ao da Bolívia". *Carta Capital, Sociedade*. Disponível (on-line) em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/unidas-favelas-e-comunidades-formariam-o-5o-maior-estado-do-pais/>
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luís Carlos; FARIAS, Juliana; VITAL DA CUNHA, Christina; ALMENDRA, Dinaldo [e] SANTOS MATTOS, Carla dos. (2012), "Relatório da Pesquisa Qualitativa". Em: ABRAMOVAY, Miriam [e] CASTRO, Mary Garcia (coords). *Juventudes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): Perfil, expectativas e projetos para suas comunidades*. Rio de Janeiro: Flacso/BID. Não publicado.
- PAIS, José Machado. (2003), *Culturas juvenis*. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- ROCHA, Rosamaria Luiza de Melo. (1998), *Estética da violência: Por uma arqueologia dos vestígios*. Tese (doutorado), ECA/USP.

SOARES, Luiz Eduardo [e] NEGREIROS, Dario de. (16/02/2014), “Acabou o sossego para as elites brancas brasileiras” (entrevista com Luiz Eduardo Soares). Vi o Mundo: O que Você não Vê na Mídia. Disponível (on-line) em: <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/luiz-eduardo-soares-desmilitarizar-a-pm-legado-historico-do-escravagismo>

UPP. Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Site do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Perguntas frequentes. Disponível (on-line) em: www.upprj.com/index.php/faq

WASELFISZ, Julio Jacobo. (2011), Mapa da violência 2011. São Paulo, Sangari.

MIRIAM ABRAMOVAY (mabramovay@flacso.org.br) é coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso, Brasil), pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Culturas e Cidadanias (Npeji) da Universidade Católica do Salvador (Ucsal, Brasil) e pesquisadora de pós-doutorado do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso). É doutora em educação pela Université Lumière Lyon 2 (Lyon, França) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, Brasil). Tem graduações em ciência da educação e em sociologia pela Université Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis.

MARY GARCIA CASTRO (castromg@uol.com.br) é professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea e do mestrado em Política Social e Cidadania da Ucsal e co-coordenadora do Npeji. Tem doutorado em sociologia pela University of Florida (Gainesville, EUA), mestrados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil) e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, Brasil), mesma casa em que se graduou em ciências sociais.